

**AO JUÍZO DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA, DE ÓRFÃOS E  
SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO XXXX**

**Processo nº:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
**Apelante:** FULANO DE TAL  
**Apelado:** FULANO DE TAL

**FULANO DE TAL, devidamente representado por sua genitora  
FULANA DE TAL**, todos já qualificadas nos autos do processo acima  
mencionado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência,  
por meio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXX**, apresentar

**CONTRARRAZÕES**

à apelação de ID xxxxxxxxxxxx interposta por **fulano de tal**.

Saliente-se que o recorrido litiga sob o pálio da gratuidade de  
justiça.

Requer, após tomadas todas as formalidades de estilo,  
encaminhe-se ao Egrégio Tribunal de Justiça do XXXXXXXXXXXX para  
apreciação.

*[documento eletrônico assinado por certificação digital]*

**FULANA DE TAL**

**Defensora Pública**

**EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO XXXXXXXXXX**

**Processo nº:** XXXXXXXXXX  
**Apelante:** FULANA DE TAL  
**Apelado:** FULANO DE TAL

Ínclita Turma,  
Eméritos  
Julgadores,  
Excelentíssimo(a) Sr(a). Relator(a),

**I - SÍNTESE DAS RAZÕES RECURSAIS**

O apelante se insurge contra a sentença de primeiro grau e pede sua reforma a fim de se fixar a pensão alimentícia em “10% (dez) os vencimentos brutos do apelante, abatidos os descontos compulsórios”.

Alega que a sentença majorou a pensão para 15% (quinze por cento) dos vencimentos brutos do apelante, abatidos os descontos compulsórios, em contradição ao binômio da necessidade/possibilidade e da norma da proporcionalidade.

É a síntese da irresignação.

**II - DAS CONTRARRAZOES À APELAÇÃO**

A despeito das alegações suscitadas, não merece acolhida a pretensão recursal. Vejamos.

Como dito, o apelante pede a reforma da sentença a fim de ver os alimentos definitivos fixados em percentual menor.

Não há dúvidas de que, aos genitores incumbe o sustento, guarda e educação dos filhos, bem como que para a manutenção destes, os cônjuges separados judicialmente contribuirão na proporção de seus

---

recursos, conforme lição dos artigos 1.566, IV e 1.703, ambos do Código Civil.

Por sua vez, o caput e o §1º do art. 1.694 do mesmo diploma legal preceituam que “podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação”, os quais serão fixados “na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada”.

O pedido de alimentos entre parentes só tem espaço “quando quem os que pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento”, na forma prevista pelo art. 1.695 do CC.

Fixada a obrigação alimentar, somente se pode pretender alterá-la quando sobrevier alteração do binômio necessidade/possibilidade, oportunidade em que o interessado reclamará ao juiz a revisão dos alimentos a fim de se adequar à nova realidade, conforme leciona o art. 1.699 do CC:

*Art. 1.699. Se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo.*

De uma análise dos documentos enviados pelo órgão empregador do apelante, pôde se constatar ter havido incremento de sua remuneração. Em 2017 o alimentante percebia o valor líquido de R\$ 2.051,28 (ID xxxxxx), ao passo que a remuneração atualizada informada nos autos foi de R\$ 3.614,96 (ID xxxxxxxxxxxx).

Não é difícil perceber a desproporcionalidade do valor atual pago com o montante percebido pelo apelante. Este, sequer alegou qualquer

---

incapacidade para pagamento do valor pleiteado, restringindo-se a afirmar inocorrência da mudança de sua situação financeira.

Dessa forma, considerando que a sentença observou conjunto probatório acostado aos autos, em consonância com o disposto na legislação de regência, não merece qualquer reparo o *decisum* combatido.

### **III - PEDIDOS**

Ante todo o exposto, requer o desprovimento do recurso apresentado pelo apelante conforme fundamentação supramencionada, mantendo-se todos os termos da sentença combatida.

Termos em que pede deferimento.

*[documento eletrônico assinado por certificação digital]*

**Fulana de tal**

**Defensora Pública**